

Pedro Araújo

pedromgaraujo@sapo.pt

A mina [ainda] trabalha

O presente artigo baseia-se na Dissertação de Mestrado intitulada “Vozes que Falam: Caminhos do PCI na Comunidade das Minas da Borralha”, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, segundo a orientação da Professora Doutora Alice Duarte.

This article is based on the Master's Dissertation entitled “Vozes que Falam: Caminhos do PCI na Comunidade das Minas da Borralha”, developed in the context of the Museology Master degree course at Oporto University Humanities Faculty, under the supervision of Professor Alice Duarte.

http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.FormView?P_ID=36338

Resumo

O projeto Arquivo Imaterial das Minas da Borralha reúne um raro e fundamental conjunto de depoimentos de antigos operários das minas de volfrâmio da Borralha. Implementado para recuperar e promover a memória coletiva da antiga comunidade mineira, o projeto foi apresentado como proposta museológica para o futuro Pólo das Minas da Borralha, inserido no âmbito do Ecomuseu de Barroso.

Do ponto de vista das práticas em Museologia, o trabalho desenvolvido com cerca de setenta informantes deixou vinculada a natureza multifacetada desta área do conhecimento, bem como a complementaridade existente entre áreas como “História Oral”, “Património Cultural Imaterial” e “Património Industrial”. A oportunidade de reconstruir e reinterpretar excertos da “História Local”, valorizando-os mediante a redescoberta da literatura romaneada dos fenómenos do volfrâmio, vem provar a natureza dinâmica da disciplina em conjunto como a sua imensa capacidade de surpreender.

Palavras chave

História Oral, Volfrâmio, Fárria

Nota biográfica

Pedro Miguel Gonçalves de Araújo nasceu no Porto em 1977. Mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com o projeto *Vozes que Falam: Caminhos do PCI na Comunidade das Minas da Borralha*. Em 2009 inicia o projeto de investigação *Arquivo Imaterial das Minas da Borralha*, que ainda decorre. Em 2012 ocupou o cargo de gestor e produtor cultural de três projetos expositivos da área de Artes Plásticas e Arquitetura de Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura. Em 2013 exerce funções de museólogo na empresa Musexpo, S.A.

Abstract

The project Arquivo Imaterial das Minas da Borralha brings a rare and important set of testimonials from former workers of the tungsten mines of Borralha. Implemented to recover and promote the collective memory of the former mining community, the project was presented as a proposal for the future museum of Borralha Mines, inserted under the Ecomuseu de Barroso.

From the point of view of the practices in Museology, the work with about seventy informants proved the multifaceted nature of this area of knowledge, as well as the complementarity between concepts such as Oral History, Intangible Cultural Heritage and Industrial Heritage. As we shall have occasion to observe, the opportunity to reconstruct and reinterpret excerpts of Local History, valuing the rediscovery by literature romanticized the phenomena of tungsten, proves the dynamic nature of the discipline together as its immense capacity to surprise.

Key words

Oral History, Wolfram, Fárria

Biographical note

Pedro Miguel Gonçalves de Araújo was born in Oporto in 1977. Master in Museology from the Faculdade de Letras da Universidade do Porto, with the Project *Vozes que Falam: Caminhos do PCI na Comunidade das Minas da Borralha*. In 2009, launches the research project *Arquivo Imaterial das Minas da Borralha*, which is still ongoing. In 2012 worked as cultural manager and exhibition producer in three exhibition projects of Guimarães 2012 – European Capital of Culture. In 2013 exercises the functions of museologist at the company Musexpo, S.A.

Introdução

O ano de 1986 marca o final do percurso trilhado pelo Couto Mineiro da Borralha. Para trás permanecem cerca de 84 anos de exploração mineira, daquela que é considerada a segunda produtora de concentrados de volfrâmio do país. Durante quase um século, pobres e ricos, novos e velhos, transmontanos, minhotos e beirões, belgas, franceses, ingleses e alemães, marcaram indelevelmente com a sua presença a vida na mina. Uns, porventura os menos afortunados – os verdadeiros mineiros – agarrados aos martelos pneumáticos, à picareta, à “escombradeira” ou à vagoneta. Os “outros”, os do exterior, imersos pelos ruídos das oficinas mecânicas, pelo vai e vem constante das tremonhas, pelos fumos negros da fundição, pela máquina administrativa e burocrática da empresa. Todos partilhando, porém, o mesmo objetivo – a exploração do volfrâmio.

À semelhança de tantos outros coutos mineiros espalhados por território nacional, a Borralha atravessou uma boa parte do século XX português. Devido à especificidade estratégica das matérias-primas exploradas, os principais acontecimentos nacionais e internacionais obtiveram, neste pedaço de terra situado na confluência do Minho com Trás-os-Montes, uma ressonância que marcou gerações. Desde a implantação da República em 1910, passando pela Guerra Civil de Espanha, da 2.^a Guerra Mundial à Guerra da Coreia e ao 25 de Abril de 1974, as Minas da Borralha a tudo assistiram, em tudo, direta ou indiretamente, inscreveram o seu nome para a posteridade: o início titubeante,

pautado pelos conflitos entre a administração francesa e a população local; a corrida ao volfrâmio de finais da década de 1930; a intensificação da exploração filoniana; o contrabando em grande escala durante a 2.^a Guerra Mundial e o conflito na península da Coreia, até aos encerramentos forçados das décadas de 1940/1950; à atividade sindical, propiciada pelos ventos revolucionários de Abril e ao declínio acentuado, já na década de 1980.

História oral e literatura

Explorando a “riqueza caleidoscópica” das práticas de investigação em história oral, neste artigo serão utilizados acessoriamente elementos de natureza literária (Araújo 2002). A pesquisa de obras literárias, mantida a par da recolha de testemunhos orais, revelou um importante núcleo de trabalhos literários, cuja ligação conceptual com a história social e laboral do universo mineiro constitui um importante elemento a ter em conta. Obras como *Volfrâmio* (1961), de Aquilino Ribeiro, *Mineiros* (1944) e *O Aço Mudou de Têmpera* (1945), de Manuel do Nascimento, *Minas de San Francisco* (1954), de Fernando Namora, *Volfrâmio*. O “Barão da Picareta” juntou-se ao “Marquês da Pá” (1941), de Freitas Soares, ou *A Fárria* (2009) de Bento da Cruz, constituem elos de ligação com o real, impossíveis de dissociar de uma investigação deste âmbito. Não só o arco temporal em que maioritariamente foram escritas, constitui, por si só, um valioso elemento a ter em linha de conta para o projeto, como, segundo Maria de Fátima Marinho (S/D, 2) “Toda a ficção

pressupõe um documento escondido, subjacente, como toda a História tem sempre o seu quinhão de ficção, de construção, de invenção. Aceitando este princípio estético, não será difícil conciliar as duas realidades, mesmo se com propósitos ou procedimentos diferentes”. Esta “construção” de que fala Maria de Fátima Marinho poderá ser transportada para os discursos dos informantes. Cada informante apresenta, na maioria das vezes, uma visão muito própria da sua “realidade” construída, tendo em conta as suas experiências, sejam elas individuais ou coletivas. Ao mesmo tempo, as obras literárias referidas são também herdeiras de concepções ideológicas e visões filosóficas díspares. Se por um lado as obras de Manuel do Nascimento pertencem claramente ao universo da estética neorrealista, a obra de Aquilino Ribeiro insere-se no campo do “realismo fantástico” (Nunes 2010, 521).

Os elementos de contacto entre a literatura romanceada dos fenómenos do volfrâmio e a “deteção do real” foram vinculados através do que Maria de Fátima Marinho apelida de “paradigma dos romances do volfrâmio” (Marinho S/D, 6). A especialista apresenta seis “coordenadas” comuns à literatura romanceada do volfrâmio: utopia, mudança de valores, desestruturação da família, paradigmas familiares e sociais, más condições de trabalho e corrupção. A intenção deste artigo é precisamente demonstrar que através da aplicação de um modelo de pesquisa assente na constante procura de interligações entre diversos métodos historiográficos e fontes documentais – neste caso a história oral e a literatura – é possível estabelecer pontos de apoio.



Figura 1 Pormenor de Maquete das Minas da Borralha (Ecomuseu de Barroso). Modelo Exibido no Projeto Edifícios e Vestígios © CEC 2012

Década de 1940: a Fárria

Do início da década de 1940 até ao encerramento compulsivo da atividade mineira nacional, motivado pelo Decreto-Lei nº 33: 707 de 12 de Junho de 1944, as Minas da Borralha conheceram provavelmente o período de maior efervescência de toda a sua história:

“Vieram ricos e pobres, lavradores e jornaleiros, falidos e comerciantes, prostitutas e feirantes, tasqueiros e prestidigitadores, cauteleiros e retratistas, pedintes e aleijados, criminosos e contrabandistas, emigrantes e criadas de servir, todo um mundo heterogéneo que se promiscuiu e amalgamou em barracos, palheiros, cortes de gado, casas abandonadas, casebres, atulhando as aldeias vizinhas” (Pereira, 1984, 42).

A ilustração que José Jorge Álvares Pereira faz da década de 1940, não andarรก certamente longe da realidade. Era o tempo da “Fárria” ou “Fárria Grande” e dos “Farristas”. O “farrista” designa inicialmente aquele que, sem obter licença de “apanhista” ou mesmo constituir a força de trabalho assalariada da Companhia, se dedicava à apanha, roubo, venda ilegal e contrabando de volfrâmio. A “Fárria” e o “Farrista” têm também como base comportamental um conjunto de práticas, ritmos de vida e modos de estar associados a práticas de manifestações de opulência, riqueza fácil, extravagâncias de toda a ordem e esbanjamento inconsciente de bens e dinheiro, próprios de um período de enriquecimento fácil mercê do valor astronómico que o volfrâmio logrou atingir. O “Farrista” é um fenómeno característico dos anos de 1940 e 1950, época em que a Borralha

foi o centro de uma considerável moldura humana oriunda das mais diversas paragens, com especial destaque para a região do Minho. O termo acaba por permanecer até ao encerramento da mina, perdendo gradualmente o seu significado inicial e passando a designar todo(a) aquele(a) que retira minério, tanto do interior como do exterior de forma ilegal, adquirindo, por vezes, um sentido pejorativo. O termo, no seu sentido mais lato, encontra significados parcelares no “pilha” das minas de volfrâmio da região de Arouca – Rio de Frades e Regoufe (Vilar 1998).

Fruto do contexto económico de exceção no subsector do volfrâmio, motivado pelo aumento exponencial do seu preço nos mercados internacionais, as Minas da Borralha transformaram-se, num curto espaço de tempo, num autêntico íman, atraindo gente de todas as regiões do norte do país. Retratos sociais como os referidos por Bento da Cruz na sua obra *A Fárria* (2009) multiplicaram-se quase diariamente num território que, até então, se encontrava relativamente incógnito e isolado do restante país.

“Um grupo de homens, talvez uns vinte, de aspecto miserável e faminto, sentados no chão à maneira dos budistas e de olhos fitos numa porta. Às tantas saiu de lá o Amadeu Campos, que eu já conhecia de vista e de nome e os homens puseram-se imediatamente de pé e em sentido. O Amadeu quedou, por uns instantes, a olhar para eles como quem examina gado numa feira. Depois escolheu três a dedo e disse «Vinde comigo». Os restantes retiraram cabisbaixos,

abatidos, derrotados. Alguns limpavam lágrimas às costas da mão.

- Esse Amadeu?

- Capataz.

- E os homens?

- Minhotos em busca de trabalho. Segundo mais tarde observei, todos os dias chegavam grupos deles [...].” (Cruz 2009, 38).

Movidos pela imagem de um *el dorado*, os forasteiros depositavam na mina uma certeza de um trabalho árduo, mas recompensador. Movidos pela esperança de uma vida alternativa às agruras da agricultura, milhares de homens e mulheres, muitas vezes ignorando os riscos inerentes ao trabalho mineiro, abandonavam as suas casas e as suas famílias para procurarem sustento nas terras onde abundava o “ouro negro”.

“Aquilo era prejudicial à saúde, mas andava lá gente na mesma. Havia muita gente e depois muita crise de trabalho e por exemplo um que tivesse a arte de pedreiro, carpinteiro, de trolha, ia-se virando, mesmo no exterior da Borralha, e quem quisesse ganhar tinha que fazer aquilo que mandasse, ir prá frente, encher escombros, puxar vagonas, ajudar entivadores, subir pelos desmontes arriba, limpar valetas [...].” (António Ramiro, “apanhista” e torneiro mecânico, 2010).

Também Manuel do Nascimento, na sua obra *O Aço Mudou de Têmpera* (1945), retrata o abandono dos campos e a procura selvagem do

minério, numa atitude quase insaciável de um misto de revolta frenética com desejo visceral.

“O minério rendia mais do que a labuta do campo. Por todos os lados, se viam buracos enormes e montes de terra. As picaretas e as pás, nas mãos dos homens, revolviavam campos que foram outrora semeados de milho e os carros, carregados com grades de garrafas de cerveja e outras bebidas, passavam à ponte quase todos os dias, entravam na aldeia e saíam depois levando as garrafas vazias.” (Nascimento 1945, 230).

A necessidade fazia com que toda essa massa humana se sujeitasse a todo o tipo de trabalho. Bento da Cruz (2009) refere o fenómeno dos marteleiros, cujo trabalho, apesar de constituir um dos mais prejudiciais para a saúde, era disputado acerrimamente pelos homens:

“Por vinte escudos diários [...] rapazes novos, fortes, saudáveis, agarravam-se aos martelos pneumáticos [...] e iam perfurar rochas a seco em recintos fechados, sem qualquer ventilação. Decorridos três ou quatro meses, andavam a cair aos pedaços, arquejantes, agarrados às paredes [...]. Todos queriam ir para marteleiros. E, se não eram admitidos, choravam... [...].” (Cruz, 2009, 53).

Paralelamente, a “Fárria” trouxe consigo profundas alterações na estabilidade social. A Companhia, sem ter possibilidades quer de assimilar, quer de acolher as vagas sucessivas de indivíduos que diariamente chegavam às minas, fez com que o território circundante se transformasse num gigantesco acampamento.

Aldeias limítrofes das concessões mineiras como Paredes, Caniçó e Linharelhos, viram o seu espaço sofrer profundas alterações ao nível da distribuição e constituição do espaço físico. No caso de Caniçó, Carla Fontes recorda:

“Nos tempos da Fárria Grande, tinha eu prá aí 7 anos, andava assombradinha, parecia o Farwest! [...] De noite, até de noite! Havia aqui muita gente. Ouvia-se cantar, concertinadas, eles coitadinhos vinham lá das serras, de Fafe, Cabeceiras, Braga, eram centenas e centenas de pessoas. Mal chegassem cá, alguns iam dormir para os palheiros, outros havia quem os deixasse dormir. A maior parte andava na rua toda a noite. Aqui cantavam e dançavam, concertinadas, depois tiros para o ar e a gritar. [...] Era assim, as cortes de gado eram cafés, eram tabernas, porque estava tudo diferente.” (Carla Fontes, “apanhista” e operária da lavaria nova, 2009).

Também na aldeia de Paredes, hoje com apenas seis habitantes, o cenário era semelhante. As rotinas, sustentadas pela prática da agropecuária, foram subitamente alteradas pela chegada dos forasteiros:

“Era um mundo, as pessoas tinham que comer e beber [...] o meu avô era uma pessoa de bem, eram uns no forno, uns no barraco, a gente do Minho tudo por aí dormia [...] [os de fora] por um lado davam lucro, por outro davam prejuízo, estragavam tudo. Os lavradores... depois passavam aí a direito pelo milho [...] passavam a eito pelo centeio ou pelo milho a fugir à guarda, só davam prejuízo.” (Luís Carvalho, negociante de volfrâmio, 2010).

Por outro lado, associado à “Fárria”, a Companhia vê-se na contingência de reforçar os recursos humanos ao seu dispor. A par dos trabalhadores contratados diretamente para executar as tarefas inerentes aos trabalhos de extração, transporte e transformação do volfrâmio, as Minas da Borralha, tal como grande parte das suas congéneres de volfrâmio, implementam uma modalidade de trabalho que se irá tornar característica da década de 1940 e que se irá prolongar inclusive até meados da década de 1960: os “apanhistas”. Trata-se de um termo que, de uma forma geral, designa o trabalhador ou sociedade semi-independente que trabalha na apanha do minério no exterior da mina. O “apanhista”, embora não pertencendo formalmente ao universo dos trabalhadores da Companhia, tem uma relação contratual para com ela, formalizada por uma licença fornecida pela própria empresa. O “apanhista” obrigava-se a cumprir um horário fixo (das 8 horas às 17 horas, segundo informantes), restringir a sua atividade à área demarcada pela Companhia para a apanha do minério e a depositar, ao final do dia de trabalho ou outro prazo estabelecido, o produto da recolha nas instalações indicadas pela empresa, sendo o minério comprado a preço fixado pela concessionária. A utilização de “apanhistas” para aumentar a exploração de volfrâmio acabou por ter um efeito contrário ao previsto. Os preços de compra praticados pelo chamado mercado livre de volfrâmio, eram substancialmente mais elevados do que os valores propostos pela empresa proprietária das Minas da Borralha, o que motivava a venda da maior fatia do produto da apanha aos inúmeros

compradores e negociantes que rondavam as concessões em busca da matéria-prima. À empresa, os “apanhistas” destinavam a percentagem meramente estipulada pela Companhia, bem como o minério mais pobre. O que inicialmente se havia revelado uma forma eficaz de rentabilizar a exploração e recolha de minério, cedo desencadeou o fenómeno do contrabando em larga escala. Ao conceder, ainda que com restrições, a iniciativa de prospeção aos “apanhistas”, a Companhia viu-se a braços com o crescimento vertiginoso do comércio paralelo de volfrâmio. Não dispondo de meios eficazes de controlo sobre os “apanhistas”, apesar de em determinados períodos a empresa suspender ou restringir severamente a admissão de novos elementos, estes viam-se na condição de “trabalhadores livres”, dependentes da sua iniciativa para criar mecanismos alternativos de venda do volfrâmio.

“Agora cá fora, comecei de rapaz a apanhar minério. A Companhia passava as licenças pra se trabalhar cá fora e levar o minério lá abaixo... andei quase sempre desde a idade dos 11 anos pra cima. Passavam-nos uma licença e nós trabalhávamos por nossa conta, ao minério, depois íamos levar o minério lá abaixo e eles pagavam-nos, naquele tempo era a 6\$00 [o kilo], mais tarde passou a 7\$00 e mais tarde quando ele deu... mas nós aí... pagavam-nos a 80\$00, mas cá fora pagavam-nos a 300 e tal [...]”. (Abílio Moura, “apanhista” e guarda da Companhia, 2010).

A apanha e o comércio ilegal de volfrâmio atingiram níveis jamais vistos na Borralha. Os

esquemas de contrabando mais comuns seguiam uma organização piramidal: um “testa de ferro” regista uma sociedade de “apanhistas” em seu nome. Por sua vez este “testa de ferro” trabalha para um negociante de volfrâmio de média dimensão – um intermediário com bons contactos – que, por sua vez, escoo o produto desviado para separadoras em Braga ou nos arredores da cidade do Porto, de onde seguia por via marítima ou por caminho-de-ferro para o estrangeiro. O transporte é feito a coberto de guias de transporte falsas, oriundas de pequenas concessões mineiras, muitas delas sem exploração efetiva.

“[os apanhistas] Trabalhavam como a empresa, trabalhavam só de dia das 8 às 5, aí tocava o corno, os apanhistas paravam e o que é que se levava lá em baixo ao forno...tinha lá um casão que lhe chamavam o forno e cada um tinha lá o seu depósito pra pôr o minério, levava-se lá as pintarolas [pedras com pouco volfrâmio, também conhecidas por pintas], porque o minério vendia-se pra fora que dava mais resultado.” (Abílio Moura, “apanhista” e guarda da Companhia, 2010).

“Tinha aqui umas 30 sacas, carreguei-as, era uma carrada do caraças, carreguei as sacas e tinha que levar duas sacas de milho prá Micaela da Bessada e eu carreguei as sacas, pus as duas sacas de milho por cima e ali à esquina do muro estava lá o meu compadre Manuel a roçar [cortar mato] ao lado... o carro a chiar e ele «Ó compadre! O que levas aí?» e eu «Ó pá levo aqui uma carrada de milho pra Micaela da Bessada!» E ele responde «Porra, olha que o milho é

pesado!»” (Luís Carvalho, negociante de volfrâmio, 2010).

Mas a “Fárria” não se fez apenas por “apanhistas” e contrabandistas de volfrâmio. Durante a década de 1940, novos e velhos, mulheres e homens, locais e forasteiros, arriscavam diariamente a vida, fugindo aos vigilantes da Companhia, desafiando o próprio destino, descendo pelas chaminés de acesso às galerias em busca de meia dúzia de pedras de minério. Narrativas verdadeiramente épicas ilustram este tempo dourado, onde o risco compensava a perda – nem que fosse de uns dias de liberdade – onde a inocência da infância era perdida precocemente para a vida atribulada da apanha do minério nas margens do rio Borralha.

“Esses farristas desciam por uma corda, por uma chaminé abaixo e deixavam outros cá fora pra dar o sinal quando andassem lá a tirar minério. Estavam sempre um, dois ou três a trabalhar e um ao pé da chaminé de onde tinham entrado, pra ver se o outro cá de fora, a sentinela, lhes dava o sinal na corda... que estavam lá perto...um sinal qualquer...uma lata de sardinha ou qualquer coisa, quando ele batesse na lata, cuidado!” (Fernando Silva, “apanhista” e guarda privativo, 2009).

“Atrás de nós, como se fôssemos uns ladrões ou uns bandidos, nós éramos crianças, eu tinha prá aí 11 anos e a Lurdes era ainda mais nova do que eu. Naquela maré eram 20 praças, um cabo e um sargento que havia ali no posto das Travesseiras [...] assim que tal, veio um e deu-me com a pistola nas costas e eu caí no meio

do chão. À Lurdes fez na mesma, que estava à minha beira [...]. Nós éramos presas e deixávamos se fosse preciso uma semana sem ir ao minério. Nós éramos crianças. E depois lá voltávamos outra vez. Mas nós corríamos muito e eles a correr atrás de nós, ao desafio.” (Carla Fontes, “apanhista” e operária da lavaria nova, 2009).

Não raras vezes, negócios à margem da lei acabam mal. Durante a década de 1940, o recurso a falsificações de volfrâmio tornaram-se prática comum entre os contrabandistas – a célebre “putreia” ou “fritadas”. Grosso modo, as quantidades de minério eram previamente combinadas entre o comprador e o vendedor, tendo por base uma certa especulação relativamente à possibilidade deste último de realmente obter a quantidade de minério pré-estabelecida. Quando por vicissitudes várias (carregamento apreendido ou perdido, ou burla pura e simples) não era possível reunir o total de minério acordado, recorria-se à falsificação. Geralmente a “putreia” era colocada nos sacos por baixo do minério verdadeiro, para fazer peso e volume. Bento da Cruz na sua obra *A Fárria* aborda esta prática de modo muito singular.

“Não era minério, nem era coisa nenhuma era...uma treta qualquer, as mulheres, uma pouca de areia frita...era um tacho...eu nunca vi, mas era assim, com um bocado de petróleo, chagavam-lhe petróleo e tal, aquilo ficava a brilhar! Aquilo era tudo areia fina e depois aquilo brilhava [...] muitos ficaram desgraçados e outros... depois pegaram a descobrir, era com duas moedas, iam ver o minério, aquilo era mais

no miúdo, alguns metiam-lhe a mão e viam se ele viesse agarrado à mãos e tal, alguns já pelo cheiro...” (Cruz, Bento da, 2009, 97).

Este universo, mutável na sucessão dos dias, construído tendo por base um fugaz, mas extremamente profícuo, período em que, do dia para a noite, a riqueza e a ostentação se encontravam acessíveis a quase todos, não passou despercebido à Companhia. Quer através da importância política e geoestratégica das Minas da Borralha, no contexto nacional do mercado do volfrâmio, quer fruto dos elevadíssimos níveis de comercialização que o mercado paralelo do contrabando continuamente apresentava, no decorrer da década de 1940, a Companhia viu-se obrigada a recorrer a sistemas de controlo e vigilância externos – a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

Porém, nem a PVDE escapou à euforia descontrolada do comércio ilegal de volfrâmio. Alianças estratégicas de ocasião entre as autoridades dentro e fora da mina – capatazes, encarregados, vigilantes e polícia política – e intermediários na venda do volfrâmio, constituíam prática comum. Todos faziam parte de um gigantesco negócio paralelo, em que todos procuravam açambarcar o “seu” pedaço, marcando território e servindo-se das autoridades para eliminar concorrentes. Para a PVDE, este esquema serviria para identificar e manter sob vigilância os principais negociantes de volfrâmio, permitindo o acesso às rotas de distribuição dos agentes ao seu serviço nas plataformas giratórias de onde era expedido o

minério, no caso através dos portos e dos caminhos-de-ferro. Aos negociantes este entendimento proporcionava-lhes a cobertura ideal para os seus negócios, na medida em que obtinham a proteção e o beneplácito das autoridades para o seu negócio.

“ [...] Quando veio a PVDE que foi uma polícia que aí esteve «estrambólica», já o meu avô uma altura estava ali em baixo e estavam dois polícias da PVDE que andaram aí...era o chefe e outro da polícia [...] [o avô] trouxe-os aqui, pregou-lhes uns canecos e ele lá os conversou «Vocês assim fazem mal às pessoas, já outras autoridades se aí têm governado, vocês vivam bem com o povo que é boa gente...» e o chefe que disse pró outro «Estamos com o nosso homem»[...]”. (Luís Carvalho, negociante de volfrâmio, 2010).

Os anos da “Fárria” constituíram um período ímpar no percurso histórico das Minas da Borralha. Jamais nas décadas que se seguiram, as circunstâncias que propiciaram este curto, mas extremamente rico período do ponto de vista da história social, se conjugaram com tal precisão, como na primeira metade da década de 1940. Apesar da Companhia, após a reabertura da exploração em finais de 1946, por força da revogação do Decreto n.º 33 de 12 de Junho de 1944, ter prosseguido com a política dos “apanhistas”, apesar das minas terem constituído, até aos primeiros anos da década de 1960, um importante centro empregador de mão-de-obra local e regional, os tempos haviam mudado. A década de 1940 espelhou um tempo de viragem, de adaptação a novas circunstâncias

de mercado, de novas formas de produção, de diferentes abordagens à atividade extrativa. A “Fárria”, por muitos considerada a época de ouro do contrabando de volfrâmio, dos negócios milionários em que um pobre e incógnito lavrador de uma terra qualquer do Minho ou Trás-os-Montes, poderia aspirar a tornar-se milionário, foi algo maior do que isso. A “Fárria”, muito para além de manifestações públicas de riqueza e poder, constituiu, acima de tudo, um estado de espírito. Durante a primeira metade da década de 1940, o espírito de aventura misturado com uma absoluta necessidade de sobrevivência, a audácia conjugada com o sentido de justiça, transformaram as Minas da Borralha num território em que a balança do poder pendia constantemente entre o poder prepotente da Companhia e a sagacidade dos “apanhistas” e “farristas”.

Falar do período da “Fárria” é também falar dos operários da Companhia. Muitos não tiveram a mesma sorte dos “apanhistas” e dos “farristas”. A maioria, trabalhava à superfície, nas oficinas mecânicas e elétricas, na lavaria nova ou na afinagem. No subsolo, as condições de trabalho eram tão precárias como haviam sido até então, apesar da produção ter significativamente aumentado. Até à década de 1950 os martelos pneumáticos permaneceram praticamente inalterados em relação às décadas anteriores. Nos anos de 1940 ainda se furavam as frentes “a seco”, ou seja, sem a injeção de água nas brocas. A silicose constituía, ainda, a par dos acidentes profissionais, a principal causa de morte dos mineiros. O transporte das vagonas do interior

para o exterior era ainda um trabalho quase exclusivamente braçal, auxiliado, na medida do possível, por juntas de bois ou por burros.

“Adiante houve uma invernina muito grande, a água entra dentro das galerias, estes buracos que estão vazados, os buracos estão abertos ao céu cá fora [...]. A jaula está invadida, o pessoal tem água cá por cima, o pessoal não pode entrar e os que lá estão não querem lá andar. Aí vem o falecido Manuel de Bastos, falar com o encarregado-geral, com o Joaquim Veloso «Quem pode ir pra lá?», pergunta ele. «Este e este...». Levaram-me a mim mais outros pra lá, eu cheguei lá e disse-lhe: «Os daqui são os preferidos, não podem trabalhar e eu posso?» Mas eu mesmo assim tentei e aguardei a trabalhar, enterrados em água, as vagonas a entrar pela água dentro da jaula e nós ali todos molhadinhos...” (António Ramiro, “apanhista” e torneiro mecânico 2010).

Manuel do Nascimento, na sua obra *Mineiros* (1944), descreve um quadro não muito diferente do retratado acima.

“A todos sou capaz de contar as costelas, uma a uma. Os braços, mesmo em esforço, são varas de osso metidas em sacos de pele. Não aguentam muito tempo em movimento. O tronco é geralmente em arco. Têm o rosto amarelo e quási todos tosem. Os novatos fazem movimentos mais rápidos e olham o capataz, muitas vezes, como que a procurar-lhe no rosto um sinal de satisfação pelo que vão produzindo. Cansam passado algum tempo: vêm a indiferença e, embora não olhem o capataz, ainda o temem.

Finalmente chegam o azedume, a vontade de refilar, de insultar. Nessa altura trabalham por trabalhar e aos insultos respondem da mesma forma. Os veteranos não param muito tempo [...]. A doença, a falta de forças e a aguardente matam-lhes a maior parte da revolta.” (Nascimento 1944, 20).

O encerramento de toda a atividade mineira em 1944, ainda que provisoriamente, fez com que a “Fárria” tivesse um fim abrupto. De um dia para o outro, sem avisos de qualquer espécie, a Companhia viu-se obrigada a despedir milhares de trabalhadores. A vida frenética da apanha do minério conhecia um fim súbito.

Sem quaisquer tipos de direitos ou indemnização, centenas de famílias são obrigadas a regressar às suas terras de origem, na sua grande maioria tão pobres quanto tinham chegado. Os poucos que ficaram, sem garantias da reabertura das minas, voltaram a sua atenção para a agricultura, único meio de subsistência. A “Grande Fárria” terminou quase tão abruptamente quanto começou.

[...] por volta de 1945, eu era pequeno ainda, os meus pais e os meus irmãos diziam que eu que via ali filas e filas de pessoas... eu morava numa casa lá em cima à beira dos armazéns, dos escritórios, naquela altura e eram milhares e milhares de pessoas a entregarem as tarimbas, que era as camas feitas na própria carpintaria e eles para fazer o espólio, para fazer a conta, tinham que entregar o respetivo... espólio que tinham, se tinham sacos, se tinham a cama, se tinham o quarto, se tinham a casa, tinham que entregar as respetivas chaves e eu via aquela fila

e aquilo ficou-me. Eu dizia para os meus irmãos «Trouxas, trouxinhas!»” (Martim Franco, eletricista, 2010).

Como lembrança da “Fárria”, encontra-se ainda viva na memória popular uma canção, transmitida entre gerações e que ilustra a profunda saudade deixada por uma época ímpar que remete para a *Utopia* referida por Fátima Marinho.

“Ó Borralha grande mina,
onde o pobre há tanto tempo ganha o pão.
A tua riqueza é fina,
mas se um dia ela termina, morrerá meu coração.
Adeus grupo “A”, adeus Lavaria, Ladeira do Vale,
Pedrinha e Lameiras,
O “B” e o “F”, teus belos pinheiros.
Adeus grupo “C”, adeus oficinas,
adeus Direção, adeus querida mina.
Adeus ó Cantina e Nova Pensão.
Quem vem de Braga à Borralha,
é certo que sobe os montes.
Na mina tudo trabalha, nestes belos horizontes.
De Salto a Caniçó, da Venda Nova à Cerdeira,
Linharelhos, Lamalonga.
As Cruzinhas sendo longas, vê-se a concessão inteira.
Vejo o bairro, vejo o rio, vejo toda a brincadeira,
Vejo toda a ilusão desta concessão mineira.”

(Carla Fontes, “apanhista” e operária da lavaria nova, 2010).

Considerações finais

Em projetos como o *Arquivo Imaterial das Minas da Borralha*, ficou patente que a abertura da investigação a diferentes estímulos resultou numa maior compreensão do objeto de estudo. Aprender as múltiplas facetas de um

determinado assunto, reverte, do ponto de vista museológico, para a exposição do investigador a um maior número de conteúdos, passíveis de fazerem parte de um projeto museológico. Através de um planeamento holístico da investigação, verificamos que a seleção cuidada de informantes, aliada ao conhecimento progressivo do objeto e tema de estudo, resultou num corpo narrativo sólido e coerente.

A investigação em contexto museológico apresenta, pelo menos pela minha experiência, diversas cambiantes e nunca está terminada, antes se aproxima de uma finalização necessária. Verificou-se que a recorrência a diversas fontes de informação acabou por ter efeitos secundários tão imprevistos como desafiadores para o futuro do projeto. O recurso à literatura romanceada dos fenómenos do volfrâmio, como ilustração da realidade estudada, acabou por trazer à superfície a urgência da compilação, estudo e valorização de um conjunto de textos essenciais para a maior compreensão do património mineiro português. Muitas das obras literárias, referidas no decorrer do trabalho, encontram-se acessíveis, em grande medida, apenas através de alfarrabistas e colecionadores privados, sendo extremamente difícil reunir um corpo literário de apoio à temática do volfrâmio. Reunir cerca de dez títulos foi, por si, só um exercício de pesquisa e salvaguarda de um património em risco, talvez não de desaparecimento em absoluto, mas sim em termos de acessibilidade. Através da escolha de utilizar o universo literário como realidade paralela, foi acionado

um mecanismo que gerou a recuperação para a discussão museal de um conjunto de autores, trabalhos e narrativas a que, de outra forma, seria impossível de aceder. Daqui se conclui, portanto, que a capacidade de utilizar diversas fontes de informação em investigação museológica acaba por gerar novas áreas de investigação.

Referências bibliográficas

- Araújo, Pedro Borges de. 2002. “Conceptualização e Estratégias de Projecto” in *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais. Actas do Colóquio de Museologia Industrial*. Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria.
- Cruz, Bento da, 2009. *A Fárria*. 1.^a Edição. Lisboa: Âncora Editora. ISBN: 978-972-780-247-0.
- Marinho, Maria de Fátima. S/D. *A Representação do Fenómeno do Volfrâmio Enquanto Representação do Discurso da História*. [s.l]: [s.n.].
- Namora, Fernando. 1954. *Minas de San Francisco*. 3.^a Edição. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- Nascimento, Manuel do. 1944. *Mineiros*. Porto: Livraria Latina Editora.
- Nascimento, Manuel do. 1945. *O Aço Mudou de Têmpera*. Porto: Livraria Latina Editora.
- Nunes, João Paulo Avelãs. 2010. *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*. Coimbra: Edição da Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-989-8074-42-3.
- Pereira, José Jorge Álvares. 1984. *Riquezas Mineralógicas de Barroso e sua História*. Montalegre: Ed. da Câmara Municipal de Montalegre.
- Ribeiro, Aquilino, 1961. *Volfrâmio*. 3.^a Edição. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Soares, Freitas, 1941. *Volfrâmio. O “Barão da Picareta” Juntou-se ao “Marquês da Pá”*. Porto: Edição de autor.
- Vilar, António de Almeida Sousa. 1998. *O Volfrâmio de Arouca no Contexto da Segunda Guerra Mundial (1934-1945)*. Arouca: Edição da Câmara Municipal de Arouca.